

A COMUNA DE PARIS DE 1871: A GESTÃO COLETIVA E A INOVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICO- ECONÔMICAS

João Felipe Bronzato¹

Resumo: A Comuna de Paris de 1871 foi um marco para as lutas dos trabalhadores e, não por acaso, foi enaltecido e utilizado para justificar teorias socialistas de diversas vertentes. Tal importância não se dá por acaso, durante pouco mais de dois meses a população de Paris teve em suas mãos o controle da cidade, momento em que chegaram a criar diversas instituições para a efetivação da revolução. Sendo a Guarda Nacional, o Comitê Central e o próprio governo comunal, com suas comissões e divisões difundidas pelos bairros de Paris, as de maior relevância dentro da lógica impressa pelo contexto revolucionário, bem como as formas de organização criadas pela população de Paris, e de que maneira elas se diferenciavam do modelo de Estado burguês, vigente em momento imediatamente anterior à deflagração da insurreição. Dado um novo formato de organização governamental, com uma ampla e efetiva participação da população parisiense podemos entender a criação de um Estado novo em formação. Dada, portanto, a envergadura de um processo de formação de um novo Estado, há que se considerar que a Comuna de Paris surge como um produto de múltiplos fatores, sendo a Comuna fruto de um momento histórico complexo, e uma construção histórico econômica vinda desde a Revolução Francesa do século XVIII. A população de Paris, que já passava por diversas privações devido à guerra e ao sítio prussiano não aceitou o armistício assinado pelo governo. Na madrugada do dia 17 de março o governo coloca em prática o plano para tomar as armas da Guarda Nacional, na manhã do dia 18, antes das tropas leais a Versalhes conseguirem levar os canhões a população de Paris e a própria Guarda Nacional reage; oficiais são presos, soldados se confraternizam e a Comuna é declarada na capital francesa. É nesse contexto, de modo espontâneo, que vão se formando as instituições de controle coletivo do Estado, sem que houvesse anteriormente um plano bem traçado de como governar uma cidade, ou mesmo um direcionamento ideológico claro, uma vez que os próprios projetos ideológicos quanto ao controle dos trabalhadores, seja na questão política ou na econômica, ainda estavam em fase inicial. Os comunistas tinham um projeto de tomada do poder estatal e instauração do controle proletário dos meios de produção e da organização política, os proudhonianos eram contrários à ideia de uma centralização política em torno do Estado e eram a favor da posse individual de pequenas unidades produtivas controladas pelos próprios produtores. A Comuna de Paris de 1871 foi a primeira grande revolução da era contemporânea, e a primeira tentativa de inversão efetiva da lei do valor. Através de práticas de organização criadas no processo da luta contra a opressão e a exploração, a classe operária parisiense deu início ao primeiro movimento da lei do institucional com a crescente extinção do poder político. A Comuna, portanto, detém seu ineditismo e consequente importância histórica no processo de análise dos movimentos de luta de classes justamente por ser o primeiro movimento de trabalhadores a subverter a lógica da lei do valor, a qual é condição sine qua non para a reprodução do modo capitalista de produção.

Palavras-chave: Comuna; revolução; Estado.

1 Doutor em Educação, Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1. Introdução

A Comuna de Paris de 1871 foi um marco para as lutas dos trabalhadores e, não por acaso, foi enaltecido e utilizado para justificar teorias socialistas de diversas vertentes. Tal importância não se dá por acaso, durante pouco mais de dois meses a população de Paris teve em suas mãos o controle da cidade, momento em que chegaram a criar diversas instituições para a efetivação da revolução. Sendo a Guarda Nacional, o Comitê Central e o próprio governo comunal, com suas comissões e divisões difundidas pelos bairros de Paris, as de maior relevância dentro da lógica impressa pelo contexto revolucionário. Importante também compreender como funcionavam as formas de organização criadas pela população de Paris, e de que maneira elas se diferenciavam do modelo de Estado burguês, vigente em momento imediatamente anterior à deflagração da insurreição.

Dado um novo formato de organização governamental, com uma ampla e efetiva participação da população parisiense podemos entender a criação de um Estado novo em formação. Dada, portanto, a envergadura de um processo de formação de um novo Estado, há que se considerar que a Comuna de Paris surge como um produto de múltiplos fatores, sendo a Comuna fruto de um momento histórico complexo, e uma construção histórico econômica vinda desde a Revolução Francesa do século XVIII.

2. A França anterior a Comuna

Para compreender Comuna de Paris de 1871 é necessário fazer um resgate temporal e entender como se formou politicamente o proletariado francês, também os importantes períodos anteriores ao evento.

Para isso, será feito uma análise das influências teóricas do proletariado francês, que tem como principais influências Pierre-Joseph Proudhon e Louis Auguste Blanqui, sendo também de forte influência o jacobinismo característico da Revolução Francesa. Quanto a períodos históricos, mostra-se importante as insurreições de 1848 e o período logo anterior a Comuna, o império de Napoleão III e a guerra franco-prussiana.

Durante o século XVII a França iniciou seu processo de industrialização, ainda atrelado a um sistema de monarquia absolutista de base feudal, que mantinha sua base de poder na hierarquia da nobreza, a posse da terra e os monopólios mercantis. Essa fase inicial da industrialização francesa, era então impulsionado pelos governos que se sucediam no poder e fundavam grande número de manufaturas. Controlados por organismos estatais essas empresas eram regulamentadas pelo governo, sendo os industriais auxiliados por esses órgãos. Mesmo com o avanço da indústria na França, sua produção industrial não era comparável com a produção inglesa. Nesse processo se formaram vários centros industriais como: Lyon, Saint-Etienne, Carcassonne, Paris etc. Aumentava assim a produção industrial e a movimentação comercial, conseqüentemente a burguesia passou a ter cada vez

mais poder econômico e a visar o poder político. A burguesia conseguiria o controle do Estado na Revolução Francesa.

A França no final do século XVIII ainda tinha sua economia majoritariamente agrária. Sua industrialização teve seu ritmo diminuído durante a Revolução, devido à economia de guerra constante e à política de pequenas propriedades agrárias.

A transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, foi reduzida a um rastejo, e com ela a velocidade da urbanização, expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o ulterior avanço da revolução proletária.²

O governo de Napoleão Bonaparte, apesar da guerra, foi um período de prosperidade para a burguesia francesa, principalmente para comerciantes e financistas, a chamada burguesia financeira, que durante a monarquia de Julho iria comandar o Estado francês. A Revolução Francesa aumentou o controle burguês da sociedade através do Parlamento. Passando a ser palco de disputa entre as frações da classe burguesa.

O período de 1800 a 1830 foi de grande expansão demográfica, esse crescimento estimulou a economia, mas foi antes disso, uma causa da revolução econômica. A segunda grande mudança do período ocorreu nas comunicações e transportes, o mundo ficou maior devido à expansão humana e menor devido ao aumento da velocidade dos transportes. Conseqüentemente aumentou o montante de comércio e migrações em escala mundial, início da globalização. O ritmo de mudança social e econômica se acentuou muito de 1830 em diante, após um período de crise e reestruturação. A França, apesar de todo seu potencial, tinha uma economia que crescia lentamente.

Com o avanço da economia capitalista e o aumento do poder da nova classe no controle do Estado, a situação do proletariado ia se degradando, cada vez mais explorado e em situações piores de vida e trabalho.

Nas décadas de 1820 e 1830, o avanço impessoal e poderoso da máquina e do mercado começou a deixá-los de lado. Na melhor das hipóteses, este fato fazia com que homens independentes se transformassem em dependentes, e que pessoas se transformassem em mãos.³

2 HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2006, p. 105.

3 HOBSBAWM, Eric J. *Op. Cit.* p. 289.

Os trabalhadores livres das manufaturas pré-industriais foram aos poucos sendo obrigados a trabalhar nas fábricas, inclusive em virtude de algumas das manufaturas alcançarem, aos poucos, o status de fábrica enquanto outras desapareciam. A produção industrial em larga escala não permitia a concorrência com manufaturas.

A organização dos trabalhadores variou muito de acordo com o lugar e o período. Na Inglaterra, primeiro país a se industrializar, temos as primeiras formas de lutas operárias.

Na França temos uma influência direta da Revolução Francesa do século XVIII, que por muito tempo, podemos dizer até a Comuna de Paris, foi o modelo básico das organizações que almejavam a revolução. Isso é bem visível durante a Comuna quando é refundado o Comitê de Salvação Pública. O jacobinismo foi influência na teoria e na ação de muitos durante o século XIX, incluindo Blanqui e Marx. Até mesmo Lênin, já no século XX, com a sua ideia de vanguarda revolucionária, contudo essa ascendência vem principalmente através de Marx.

A luta contra o capitalismo e por uma sociedade diferente já existia antes do próprio movimento operário; teve seu início ainda durante a Revolução Francesa, sobretudo após a queda de Robespierre e dos jacobinos, quando os girondinos assumiram o poder formando o Diretório e instauraram a Constituição de 1795. Assim, reunindo uma parte mais radical da esquerda e os jacobinos descontentes com o caminho que tomava a Revolução, considerando os girondinos antirrevolucionários, formaram a Conspiração dos Iguais, para tentar derrubar o Diretório.⁴

Na Conspiração dos Iguais defendiam-se ideias que, acreditam alguns, depois passaram a fundamentar o movimento comunista do século XIX e boa parte do XX. A formação de um governo que utilizasse a força do Estado para derrubar a burguesia após uma revolução popular, como meio de transição de um sistema capitalista para um socialista, era um dos princípios desses revolucionários. Esse modelo de governo era defendida por afirmarem que a população, viciada nos costumes e práticas capitalistas, não teria meios para controlar a transição, ela deveria ser comandada por um grupo de pessoas instruídas, sábias e corajosas, que desligadas dos vícios capitalistas poderiam conduzir a revolução. A posse coletiva da terra, o trabalho obrigatório para todos e a instauração da justiça social eram outros pontos defendidos pela Conspiração. Os principais líderes da Conspiração dos Iguais eram Gracchus Babeuf, Felipe Buonarroti e Darthé, sendo a eles conferidos os ideais do movimento, tendo como principal influência teórica Robespierre.

A organização política do proletariado característica deste período na França são as sociedades secretas, que utilizavam de métodos conspiratórios.⁵ Esse formato de organiza-

4 BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo, Expressão Popular, 2006

5 VALLE, C. O. *A Comuna de Paris de 1871: Organização e ação*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2013.

ção, seja ele operário ou não, cresceu após o período napoleônico e foi dominante até a Comuna de Paris. O movimento organizado por Blanqui, posteriormente chamado de blanquismo, é um dos principais desse modelo. Esse formato de organização na França do século XIX está ligado a forte repressão por parte do governo, seja da monarquia restaurada dos Bourbons, a monarquia de Julho dos Orleans ou durante o Segundo Império de Napoleão III. As repúblicas francesas do século XIX não se mostraram mais abertas ao movimento operário. Temos como exemplos da repressão republicana a insurreição de 1848 e a própria Comuna de Paris.

A situação do proletariado era tal que a reação veio de várias formas. “Eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa e não mais protegidos nas regiões ainda inacessíveis da sociedade tradicional”⁶, poderiam lutar para se tornarem burgueses, pois nessa nova sociedade a ascensão social era teoricamente possível. Mas para isso seria necessário conhecimento técnico e um investimento inicial, limitações às possibilidades de ascensão dadas pelo capitalismo. A segunda opção era se conformar e permitir que fossem explorados, continuando a viver nas péssimas condições que lhes eram impostas. Ou podiam se rebelar:

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intranquilidade revolucionária das massas.⁷

Devido as péssimas condições de vida e de trabalho os operários franceses se levantaram contra o governo repetidas vezes durante o século XIX. E mesmo derrotados em suas insurreições passam, com a movimentação política, a estabelecer uma consciência de classe e uma auto organização.

Apesar de sua organização enquanto classe aumentar o proletariado não conseguiu mais do que uma insurreição rapidamente controlada pelas forças do Estado. Por vezes os trabalhadores se insurrecionaram contra o governo aliados a burguesia contra um inimigo comum, a aristocracia. Várias foram as vezes que moderados reformadores da classe média mobilizaram as massas.

Além de diversas insurreições tentadas pelas sociedades secretas, tendo como objetivo a revolução social ou apenas a derrubada de um governo, houve na França duas revoluções em que classes se uniram e conseguiram derrubar o governo vigente, 1830 e 1848.

6 HOBSBAWM, Eric J. *Op. Cit.*

7 HOBSBAWM, Eric J. *Op. Cit.*, p 285.

Os Bourbons foram derrubados em 1830 por uma combinação de uma crise política aristocrática da monarquia restaurada e uma crise econômica que trazia consigo uma intranquilidade popular. A massa parisiense agitava a cidade com manifestações, incitados pela burguesia também descontente.

Em Julho de 1830 Paris foi tomada por barricadas em mais lugares do que em qualquer época, antes ou depois. A Revolução de 1830 fez da barricada um símbolo da insurreição das massas, apesar de ela já existir em lutas populares desde a Idade Média. Em 1830 o capitalismo na França atingia um ponto em que os trabalhadores urbanos, ou seja, operários, constituíam grande parte da população e dos combatentes das barricadas. Através dessas lutas foram constituindo um movimento cada vez mais consciente.

Como uma revolução que abarcava diversos grupos os interesses dos vencedores eram diferentes. Alguns queriam apenas uma mudança nas direções do governo, enquanto entre a esquerda se pedia a República democrática. Por alguns dias até mesmo quem seria o sucessor ao trono de Carlos X era uma incógnita; cogitou-se outro Bourbon, mas quem assumiu o trono francês foi Luis Felipe de Orleans, e com ele ascenderam banqueiros.⁸ Os projetos mais radicais foram deixados de lado e a monarquia constitucional do grande capital passou a imprimir forte repressão aos opositores.

Uma grande crise econômica, aliada a uma escassez de alimentos fez eclodir outra revolução na França em 1848. A crise pela qual passava a França não era restrita, toda a Europa enfrentou uma depressão econômica enorme. A crise do que restava do antigo regime coincidiu com uma crise do novo sistema, uma das cíclicas crises que o capitalismo enfrenta. A crise europeia trouxe consequências sociais, a transição pela qual passava o velho continente criou descontentamento e miséria, e fez eclodir levantes populares por diversos lugares. A condição da população das cidades empurrava-os para a revolução social, seu ódio pelos ricos e nobres e seus sonhos de um mundo diferente deram uma direção a seu desespero, apesar de somente alguns terem consciência do processo pelo qual passavam.

As frações da burguesia que estavam fora do poder e lutavam para tomar o controle do Estado faziam agitações em favor de uma reforma eleitoral que lhes desse o poder nas Câmaras e lhes permitisse derrubar o Ministério dos Banqueiros. Tentavam, com banquetes, atrair as massas famintas para sua causa. Neste contexto conturbado surgiu a Revolução de Fevereiro.

Com as Jornadas de Fevereiro a burguesia industrial pretendia tomar o poder político, e não viabilizar uma revolução social. No entanto, quando o povo levantou as barricadas e se preparou para um conflito real, a burguesia se viu impelida em apoiar a revolução, obviamente, objetivando controlar seus avanços assim que possível para que o levante não passasse de uma revolução política para uma revolução social.

8 MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo, Global editora, 1986.

Assumiu assim o governo provisório, que se ergueu através das barricadas, e era reflexo, na sua composição, de um conglomerado das classes que haviam participado da revolução. A maioria dos representantes que formavam o governo era representante da burguesia, e alguns poucos de outras classes que compuseram a revolução. Os socialistas também visavam o controle do Estado, seus representantes passaram a fazer parte do governo, e tentaram aumentar sua influência dentro das instituições estatais. A Revolução de Fevereiro foi proclamada como a revolução da união das classes, uma “revolução da fraternidade”.

As classes estavam separadas por um simples equívoco, e Lamartine batizou o governo provisório, a 24 de fevereiro, de “*un gouvernement qui suspend ce malentendu terrible qui existe les différentes classes*”. O proletariado deixou levar com agrado por esse enebriamento de fraternidade.⁹

A república foi proclamada mais uma vez na França, com a população urbana de armas na mão após as lutas nas barricadas. Os principais ministérios foram controlados pela burguesia, mas em alguns dos cargos havia socialistas apoiados pela população. O governo se tornou um jogo de poder entre as classes opostas na sociedade, mas que por força da conjuntura estavam agindo juntas.

Nos dias que se seguiram, ainda no mês de fevereiro, acossados por pequenas jornadas encenadas cotidianamente por grupos populares, o governo decretou a abolição da pena de morte para crimes políticos, extinguiu os títulos de nobreza e criou as Oficinas Nacionais.¹⁰

As Oficinas Nacionais eram um empreendimento estatal onde operários desempregados eram colocados em trabalhos que exigiam pouco ou nenhum nível técnico, com salários abaixo do normal com o intuito de conter os ânimos da população que permanecia armada. Longe de ser uma medida revolucionária onde os operários tinham o controle da produção, as Oficinas Nacionais mantinham os operários dentro de uma lógica de extrema exploração. Contudo, era para muitos, o único meio de sustento de suas famílias.

As semanas que se seguiram foram conturbadas, por mais de uma vez, em abril e maio, a Assembleia Nacional foi ocupada por manifestantes. A Guarda Nacional os reprimiu duramente. Nem mesmo as eleições serviram para acalmar os ânimos. A maior parte dos representantes eleitos eram moderados, os representantes mais extremistas, tanto da

9 MARX, Karl. *Op. Cit.*, p 61-2.

10 SAMIS, A. R. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna Paris*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2011. p 52.

esquerda quanto da direita foram deixados de lado pelos eleitores. Formou-se assim uma república liberal, nem a revolução social, nem o retorno da monarquia.

Na Assembleia um grupo defendia o fim das Oficinas Nacionais, essa ideia ganhou força e elas foram fechadas no dia 21 de junho. A França ainda passava por uma grande crise econômica e os cerca das 100 mil pessoas que dependiam do baixo salário ficaram sem nada. No início daquele mês havia sido eleito como presidente Luiz Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte.

Dois dias após o fechamento das Oficinas manifestantes dos bairros mais pobres saíram as ruas, ao fim do dia barricadas haviam sido levantadas nos bairros operários e pela primeira vez na França os operários lançavam-se em uma insurreição por si mesmos, sem estarem aliados à outras classes. Durante 4 dias Paris foi palco de intensos combates entre a população pobre sem opções e a Guarda defensora da ordem.

A República burguesa venceu, mais de três mil trabalhadores feitos prisioneiros foram executados, sem contar os mortos durante os combates. A insurreição de junho foi um grande marco na história da luta proletária por dois grandes motivos: o primeiro porque foi a emancipação da classe operária como ativista política, e segundo porque mudou e muito as formas de luta devido, a brutalidade de que a burguesia é capaz ao defender o capital.

Apesar de o proletariado ter conseguido levantar suas barricadas e lutar, sozinho, contra todas as forças da ordem, eles não tinham meios para conseguir a vitória definitiva.

No que diz respeito aos trabalhadores pobres, faltavam-lhes organização, maturidade, liderança e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política. Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram, porém, demasiadamente fracos para fazer algo mais que assustar seus inimigos. Suas forças eram desproporcionalmente eficazes, pois estavam concentradas em massas famintas nos pontos mais politicamente sensíveis, ou seja, as grandes cidades, especialmente as capitais.¹¹

Nem por isso o combate nas ruas não desempenhará um papel importante nas lutas proletárias. A partir de 1848 as condições mudaram e passaram a ser muito mais favoráveis as tropas, que detinham canhões e artilharia pesada, mas por diversas vezes os trabalhadores ainda se levantaram em insurreições erguendo barricadas nas ruas de Paris.

A eleição de Louis Bonaparte em 1848, a posterior aprovação do golpe de 2 de dezembro de 1851 e a eleição dos “rurais” nas eleições em 1871 no início da 3ª República Francesa, são demonstrações de que o sufrágio universal por si só não dá um caráter revo-

11 HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: Europa 1848 - 1875*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002. p 44

lucionário à república. Este pode ser usado pela burguesia, ou uma de suas frações como a aristocracia do século XIX, para legitimar a dominação de classe.

Marx coloca que o apoio eleitoral ao campesinato francês a Bonaparte é devido ao mito que ele representa, lembrando a figura de seu tio Napoleão Bonaparte, e pelo fato do campesinato, naquele momento na França, não formar uma classe para si.¹²

Contudo, podemos ver através do tempo que também o proletariado pode ser compelido a votar a favor dos partidos da burguesia. E isso se deve a diversos motivos que não cabe analisar no presente estudo. Sabemos, assim, que a mera constituição de uma classe e a possibilidade do sufrágio universal não leva a sociedade mais perto do fim do capitalismo, como muitos achavam no século XIX.

A capital francesa na segunda metade do século XIX cresceu economicamente, aumentando o contraste entre burguesia e proletariado. Mesmo com o avanço da grande indústria, boa parte dos trabalhadores ainda trabalhavam em manufaturas, produzindo artigos que jamais possuiriam e assim, inseridos na lógica capitalista de alienação do trabalho.

A indústria continuava dominada por artesãos em pequenas oficinas que produziam os *artigos de Paris* – luvas de alta qualidade outras mercadorias de luxo que vieram a simbolizar a manufatura francesa. Instituições financeiras imperiais ajudavam a impulsionar a produção industrial dentro e em torno de Paris, trazendo uma prosperidade sem paralelo para as pessoas de recursos.¹³

Durante o governo de Napoleão III a França permaneceu sob o controle de parte da burguesia. Com as reformas de Paris, comandadas pelo Barão Haussmann, o poder da burguesia foi utilizado para segregar ainda mais a população pobre e impedir novas insurreições como a de 1848, utilizando para isso a justificativa de modernização da cidade.

As reformas de Haussmann separaram ainda mais as classes da cidade de Paris, enquanto a burguesia desfrutava do luxo no lado oeste, no leste e norte da cidade se amontoavam os trabalhadores. Isto fez com que aumentasse o sentimento de solidariedade entre os mais pobres.

Durante o segundo império os trabalhadores parisienses se juntavam em associações de trabalhadores e se ajudavam em momentos de dificuldade. Essas associações eram também movimentos políticos e até revolucionários. Sendo que muitos imaginavam as associações de trabalhadores tomando o lugar do Estado burguês. É esse também o período da fundação da sede da AIT em Paris, não podendo ser dissociada uma coisa da outra.¹⁴

12 MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo, Centauro Editora, 2006.

13 MERRIMAN, John. *A Comuna de Paris*. Anfiteatro, Rio de Janeiro, 2015. p. 10.

14 *Ibidem*, p 22.

Os membros da AIT de Paris tinham uma influência direta de Proudhon, e de sua ideia de federalismo e do anarquismo, portanto, anti-Estado. Proudhon pregava táticas muito diferentes das de Blanqui, inclusive diferenciando toda a questão de uma ditadura ou movimento de elite. Defendia um movimento de massa, medidas econômicas para estabelecer as mudanças e a livre federação das unidades produtivas para a socialização da produção. Como exemplo desse movimento podemos citar alguns posicionamentos de seus membros em congressos da AIT ou quanto a política parisiense.

Tolain, operário francês, membro fundador da AIT, se coloca a favor de uma autorrepresentação dos operários e de um movimento autônomo, sem a interferência de outras classes. Proudhonianos se opuseram a coletivização da terra no segundo congresso da AIT em 1867, mantendo sua posição favorável à propriedade individual. Isso se deu devido a uma tradição camponesa francesa e a visão de que a coletivização levaria a uma uniformização e centralização da sociedade na figura do Estado.¹⁵ Varlin, já em 1869, se posiciona contra a participação no Estado depois de uma tentativa fracassada de eleger deputados socialistas.

3. A Comuna de Paris de 1871

A administração política de Paris contava com conselhos municipais dos *arrondissement*. O direito de escolha dos representantes desses conselhos foi revogado pelo imperador. É provável que essa tradição administrativa tenha impulsionado o formato de administração descentralizado implantado durante a Comuna, além de outras organizações como o Comitê dos XX distritos.

Paris em 1870 era uma cidade de 2 milhões de habitantes e uma desigualdade social gigantesca. Essa população cresceu durante o império de Napoleão III com pessoas que chegaram das províncias agravando a situação. Muitos não tinham emprego e viviam a margem da sociedade.

O caráter imperialista do Estado francês sob o controle de Napoleão III ficava claro pelo seu projeto expansionista, pelas guerras travadas em nome da superioridade e hegemonia do Estado francês na Europa, além da repressão de seus opositores.

Napoleão III declara guerra contra a Prússia em 19 de julho de 1870, para tentar impedir a posse de um germânico ao trono espanhol. Com essa guerra o intuito era aumentar seu poder na política internacional europeia, refrear o crescimento do poder germânico e de custear o dispendioso Estado francês.

A população de Paris era contra a guerra, e demonstra isso em uma manifestação ampla no dia 19 de agosto. Apesar do grande número de manifestantes as forças bonapar-

15 SAMIS, A. R. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna Paris*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2011. p 142.

tistas conseguem dispersá-los. Com a guerra aumenta a instabilidade da política francesa. Os blanquistas passam a agir de forma mais enfática e tentam a derrubada da monarquia em agosto.

O exército francês sofreu diversas derrotas sucessivas e em 2 de setembro o próprio imperador é feito prisioneiro juntamente com 40 mil homens na cidade de Sedan. Depois de dois dias de intensa movimentação política, com a Assembleia Nacional e a sede da prefeitura ocupadas por manifestantes, a república é declarada novamente na França. A população ocupava as ruas enquanto líderes políticos formavam o Governo de Defesa Nacional, prometendo não se render aos prussianos.

É nesse período entre a proclamação da república e a Comuna que surge uma importante instituição de organização coletiva em Paris, o Comitê Central dos XX distritos.

No dia seguinte da proclamação da república, em uma assembleia convocada pelos internacionalistas e pela *Chambre*, formada por em torno de 400-500 delegados de trabalhadores, nasce a ideia da criação de *comités de défense et de vigilance*, em cada *arrondissements*, que se uniriam em torno de um *Comité Central Republicaine de XX Arrondissements*. Concluem que é necessário eleger municipalidades que irão exercer a função de polícia, substituindo a *préfecture de Police*. É votada uma resolução que afirma que é necessário organizar comitês de resistência em cada *arrondissement* e cada *arrondissement* delegará quatro de seus membros para formar um Comitê Central. Entre os dias 11 e 13, o comitê central dos XX *arrondissements* é formado, no dia 11 ocorre a sua primeira reunião, com o objetivo de ajudar o governo a mobilizar as forças vivas da população parisiense. O comitê central cria comissões (de polícia, de defesa, de subsistência, de trabalho...) e inicia seus trabalhos.¹⁶

Esse tipo de organização popular, onde os representantes são eleitos diretamente em cada bairro, elegendo seus pares e de forma revogável é a base do Governo da Comuna de Paris, e um possível novo formato de Estado. No Comitê Central dos XX *arrondissement*, e também em outras organizações como a Guarda Nacional desse período, instituem inicialmente um poder paralelo ao Governo Provisório e depois assumem o Governo da Comuna, com a formação dos comitês de resistência e as comissões. Esse formato é a base do autogoverno comunal.

Por alguns meses se seguiu a luta contra os prussianos em solo francês, no entanto a organização do exército não fora feita para se tentar a vitória, e sim para nublar o real plano que o Governo Provisório tinha para a França. A população de Paris, que já passava por diversas privações devido à guerra e ao sítio prussiano não aceitou o armistício assinado pelo governo. Todos os problemas da guerra contra a Prússia, os inimigos ocupando parte de Paris, o governo tramando uma capitulação considerada vergonhosa e humilhante pelos

16 VALLE, C. O. *Op. Cit.*, pp 133-134.

parisienses e até a mudança da capital para Versalhes enfureceram a população, fazendo com que os mais exaltados blanquistas tentassem mais de uma vez um golpe desesperado. Em meio a esse barril de pólvora, o que catalisa o estado de convulsão social, inflamando ainda mais os ânimos contra o governo, foram as medidas econômicas austeras, que os deixaram ainda mais entregues à miséria. Agora, o que faltava para a declaração da Comuna e da guerra civil era tentar tomar as armas da Guarda Nacional.

A Guarda Nacional já existia na França há um tempo considerável. Sendo normalmente integrada por membros da burguesia, formavam uma força de repressão atrelada ao Estado e, por muitas vezes, foi utilizada para deter insurreições em Paris. No entanto, devido à guerra contra a Prússia, muitos de seus membros passaram a integrar o exército regular e, com o agravamento do conflito, houve um aumento do contingente da Guarda, sendo a maioria de trabalhadores dos bairros pobres. A tradição de escolher representantes na Guarda Nacional já era conhecida, com recrutamento em massa ocorrido a partir de 1870, esta prática adquire um caráter popular e operário, culminando com a adoção da milícia organizada.

O Comitê Central da Guarda Nacional foi formado por membros eleitos por voto direto dos integrantes de cada batalhão em seus bairros, sendo que algumas vezes era eleito por todo o bairro, sem distinção de patente. Os atos do Comitê central e a forma de organização da Guarda Nacional servirão de exemplo e inspiração para a Comuna. Esta foi importante durante todo o processo revolucionário, não somente nos primeiros dias em que o Comitê Central declarou a Comuna, manteve a cidade e organizou as eleições.

Na madrugada do dia 17 de março o governo coloca em prática o plano para tomar as armas da Guarda Nacional, na manhã do dia 18, antes das tropas leais a Versalhes conseguirem levar os canhões a população de Paris e a própria Guarda Nacional reage; oficiais são presos, soldados se confraternizam e a Comuna é declarada na capital francesa. É nesse contexto, de modo espontâneo, que vão se formando as instituições de controle coletivo do Estado, sem que houvesse anteriormente um plano bem traçado de como governar uma cidade, ou mesmo um direcionamento ideológico claro, uma vez que os próprios projetos ideológicos quanto ao controle dos trabalhadores, seja na questão política ou na econômica, ainda estavam em fase inicial.

Tais projetos careciam de uma experiência prática para embasar suas ideias e a Comuna de Paris era justamente essa experiência. É nesse sentido que ela, por ser o primeiro autogoverno de trabalhadores, se torna extremamente importante. É visível que posteriormente ao evento o assunto é intensamente discutido tanto por comunistas quanto anarquistas, havendo até certo ponto uma concordância entre as duas vertentes.

A Comuna de Paris e seu governo, eleito em 26 de março, não fora composto unicamente por uma vertente ideológica ou uma única classe social, sendo descrita de forma geral como uma revolução proletária pela maioria dos autores devido ao caráter popular e grande participação de uma maioria de trabalhadores na gestão da cidade.

A multiplicidade de interpretações que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor mostram que ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.¹⁷

No entanto a Comuna não foi um evento uníssono, operários, intelectuais e uma pequena burguesia compuseram o corpo de eleitos e eleitores. Estes tinham visões muito diferentes do que deveria ser feito e os rumos que deveria tomar a municipalidade de Paris, o que, certamente, implicaria nos rumos da Comuna. Muitos viam a insurreição unicamente como uma defesa patriótica da cidade contra o invasor estrangeiro e o governo, tido como traidor.

Diversas foram as tendências políticas eleitas pela população no 26 de março: jacobinos, blanquistas, republicanos radicais e alguns membros da burguesia estavam na lista de eleitos. Dentre eles, estão de trabalhadores conhecidos apenas em seus bairros a nomes conhecidos há muito tempo nas revoltas francesas. Assim, proudhonianos e blanquistas, pequeno-burgueses e operários, agora juntos compunham a Assembleia Comunal que tinha o dever de conduzir a revolução.

A maioria dos eleitos era de tendência centralizadora, e olhavam muitas vezes para a Revolução Francesa como modelo de inspiração. Uma minoria numérica era composta pelos membros da Internacional, que objetivavam outras formas de organização, acreditavam ser o federalismo o caminho para a emancipação dos trabalhadores. Contudo, de uma forma geral, todos eles trabalharam juntos para a efetivação e avanço da Comuna. Pela própria tradição blanquistas e jacobinos se ocuparam principalmente dos setores de guerra e defesa, enquanto os federalistas se empenharam em assuntos econômicos e de trabalho.

Ironicamente, o clima de perigo e ameaça patrocinada por Versalhes acabou também por criar a necessidade do diálogo. A urgência ditada pelos acontecimentos, se por um lado solapava partes importantes de alguns projetos específicos dos grupos presentes na Comuna, impunha, por outro, a construção de campos de consenso. Diante do enorme desafio de colocar em marcha a tão sonhada revolução, as singularidades das orientações políticas pareciam menores.¹⁸

17 MARX, Karl, *A revolução antes da revolução*. Vol II. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p 406.

18 SAMIS, A. R. *Op. Cit.*, p 254.

Mesmo que a maior parte dos membros eleitos da Comuna tivessem uma visão política centralizadora e defendessem a formação de uma ditadura, delegando o poder a um pequeno grupo e as vezes nas mãos de apenas um indivíduo, não foi isso que se viu durante os 72 dias em que a Comuna de Paris existiu, salvo a formação, ou reformulação do Comitê de Salvação Pública, em alusão ao órgão jacobino da Revolução do século XVIII.

Nessa questão são colocados dois motivos básicos, o primeiro é a ampla participação dos trabalhadores de Paris através das organizações de bairros federadas, câmaras sindicais e cooperativas de produtores. Essas organizações coletivas ajudaram no processo de articulação de uma rede de relações econômicas, subjacentes à tomada do poder político. O segundo, apontado por Koechlin,¹⁹ é de que as teses centralistas de blanquistas e jacobinos perdiam sentido devido ao isolamento de Paris e a impossibilidade de uma união nacional; além da frustração com as eleições da Assembleia Nacional em fevereiro de 1871, que elegeu uma maioria conservadora, chamados de “rurais” e subordinou a capital às províncias, invertendo as ideias centralistas. Por isso as práticas federalistas tiveram uma maior aceitação.

O Comitê Central passou oficialmente o poder para os eleitos da Comuna, se retirou do Hôtel de Ville, e voltou a ocupar-se principalmente com a organização da Guarda Nacional. Os representantes eleitos pelos insurretos de Paris começaram a organizar o governo revolucionário.

A Assembleia dividiu-se em comissões encarregadas dos diferentes serviços: Comissões Militar, das Finanças, da Justiça, da Segurança Geral, do Trabalho e do Comércio, da Subsistência, das Relações Exteriores, dos Serviços Públicos, da Educação. Foi nomeada por um mês uma Comissão Executiva.²⁰

O governo comunal tinha, aparentemente, uma formação tradicional estatal de uma prefeitura, e assim ela nasceu, no entanto não estava hierarquicamente subordinada a instâncias superiores convertendo-se, então, em uma reformulação das relações entre o poder e a sociedade. Desenvolveria, conjuntamente a outros poderes municipais coletivos alguma forma que se fizesse desnecessária a maquinaria do Estado. Para que essa dissolução se tornasse efetiva seria necessária uma mudança profunda no conceito de governo, a Comuna seria o governo dos trabalhadores.

A Comuna governava por uma estrutura federada onde delegados dos vinte subdistritos formavam comissões de trabalho. Era um órgão simultaneamente legislativo e executivo e funcionava de forma descentralizada, com suas representações pelos bairros, rompendo assim, com a divisão clássica tripartite.

19 SAMIS, A. R. *Op. Cit.*, p 262-266.

20 LISSAGARAY, P. Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo, Editora Ensaio, 1991. p 137.

A aparente centralização de poderes, ao menos nas primeiras semanas, era na realidade um sutil equilíbrio de funções, repartidas entre os componentes das comissões, de forma a possibilitar a gestão das questões de interesse social, político e econômico. Configurava-se em uma tentativa, em potência, de instituir um tipo de poder indiviso, a partir do qual as funções sociais, antes atribuídas por uma ordem de privilégios, se diluísem na representação horizontal, admitida e patrocinada pelo conjunto da sociedade.²¹

As diversas comissões formadas tiveram atuações distintas, com sucessos e falhas, sempre condicionados pela guerra civil, o sítio feito pelos prussianos e a falta de experiência, em alguns serviços, gerada pela deficiência de mão de obra especializada. As unidades políticas federadas e a ideia de uma propriedade social nas unidades de produção e nas moradias abandonadas foram características essenciais da insurreição, no entanto cuidava-se para garantir indenizações, mesmo que futuras, para as propriedades coletivizadas.

Cabe salientar que a autogestão não se resume à economia e à posse das empresas. Ela também existe em outros campos como o consumo, o sindical, o político, etc. Suas características também são as mesmas: democracia direta, controle dos representantes pelos representados, revogabilidade dos cargos a qualquer momento, federalismo, descentralização, controle das instâncias superiores pelas inferiores, etc. A autogestão também não pode existir em um determinado campo de forma isolada, de modo que sua existência na economia é ao mesmo tempo a causa e a consequência da autogestão em outros campos, como campo político.²²

Não utilizaremos aqui o termo autogestão, apesar de ele aparecer em alguns estudos, para não cairmos em anacronismos ou imprecisões teóricas. Contudo é possível visualizar que existem algumas paridades quanto às práticas da Comuna de Paris e o conceito de autogestão.

O Comitê Central da Guarda Nacional, que comandou a cidade nos primeiros dias da Comuna tentou apenas manter a população, organizando pagamentos e as eleições. Não expropriou o Banco da França, ou coletivizaram as fábricas e oficinas. Também não planejou um ataque à Versalhes, apesar de haver propostas para isto. Esse respeito a propriedade privada vai se estender por todo o período da Comuna, mesmo que muitos de seus

21 SAMIS, A. R. *Op. Cit.*, 252, 253.

22 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários (1936-1939)*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p 32. MARX, Karl, *A revolução antes da revolução*. Vol II. São Paulo, Expressão Popular, 2008., p 38.

membros terem um posicionamento contra a propriedade. Ou seja, os *communards* tomaram para si o poder político, mas não o controle econômico da sociedade.

Após as eleições passou o governo da comuna para os eleitos e se ocupou da defesa contra os versalheses. O bombardeio de Paris e os combates começaram logo. Desde o início o plano de Thiers era destruir a Comuna, sem abrir qualquer possibilidade de negociação. Ele via na comuna a revolução social, o comunismo que tanto odiava.

Apesar das diferenças ideológicas e políticas dentre os membros da Comuna, de uma forma geral falava-se em autonomia municipal e uma república social, que traria diversos direitos aos trabalhadores. Mesmo entre membros anarquistas a visão de conquista de direitos era presente.²³

A estrutura do governo comunal foi formada por representantes dos vinte bairros que compunham a cidade, quase setenta delegados os quais organizaram uma comissão executiva e diversas comissões de trabalho, que se estendiam pelos bairros, abarcando diversos outros membros e funcionários. Formaram, assim, um autogoverno onde os poderes executivo e legislativo não estavam divididos, mas juntos e descentralizados.

Vemos em algumas declarações feitas pelos membros da comuna esse caráter inovador, que rompia com a organização hierarquizada do Estado burguês. Muitos desses planos e ideias nunca puderam ser completamente postos em prática devido ao curto tempo de existência do governo autônomo de Paris e do constante estado de guerra.

Os membros da Comuna em sua “Declaração ao Povo Francês” publicada no dia 19 de abril, em um jornal controlado pelos trabalhadores, definiram algumas formas de controle dos trabalhadores sobre a burocracia, organizado em três pontos básicos. O primeiro é o sufrágio geral para funcionários e representantes, visando com isso excluir interesses pessoais. A segunda forma de concretização do controle dos trabalhadores era o chamado Mandato Imperativo, que consistia na ideia de que os funcionários e representantes eram subordinados à população e não a algum superior, obrigando estes a atender as demandas dos trabalhadores e destruindo assim a hierarquia estatal. O terceiro ponto de controle coletivo da burocracia é a revogabilidade a qualquer momento dos que deixassem de, por algum motivo, aplicar as suas decisões. Esta medida era de extrema importância para a gestão coletiva do Estado, sendo que sua efetiva aplicação impede a possibilidade de uma separação de uma elite estatal e os trabalhadores.²⁴

Apesar de eleito um governo central da Comuna, não existia uma autoridade máxima e total, ou mesmo um líder para todos seguirem. A pluralidade dos eleitos e a intensa participação da população parisiense enfatizou a descentralização das decisões. Mesmo as decisões tomadas pelo governo central dependiam das pessoas e comissões de cada distrito para serem implantadas, sendo assim os distritos tinham imenso poder.

23 MERRIMAN, John. *Op. Cit.*, pp 73-74

24 MARTORANO, L. C. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: Armando Boito Junior. (Org.). *A Comuna de Paris na História*. 1ed. Sao Paulo: Xama, 2001, pp 72-75.

Dentro da Comuna houve uma dissolução do poder. Havia os representantes eleitos para o governo comunal, mas estes não eram os únicos. Mesmo tendo deixado o controle da Comuna após as eleições o Comitê Central da Guarda Nacional continuou presente e influenciando no andamento da revolução. Existiam ainda outros órgãos e instituições, como o *Comité Central Republicaine de XX Arrondissements*, também de eleitos em cada bairro.

Devido a diversos fatores o governo central da Comuna teve grandes dificuldades de exercer um real controle sobre a cidade. Foi nos *arrondissements* que ocorreram reuniões menores com membros eleitos locais e muitos membros dos clubes de Paris que se decidiam e executavam as coisas. Se por um lado essa dissolução do poder fez com que houvesse uma real participação, e aí mora a grande inovação da Comuna, gerando um autogoverno na cidade e impossibilitando a usurpação do poder popular e o auto favorecimento tão comuns no Estado burguês; por outro lado, a falta de um governo centralizado e único ajudou na destruição e falta de organização para combater Thiers e a Assembleia Nacional em Versalhes.

A defesa da cidade foi o ponto mais deficitário da Comuna, mesmo outros pontos em que houve falhas ou não puderam ser postos em prática, nenhum deles foi tão desastroso quanto a questão militar.

Sabe-se que a curta duração da Comuna (apenas 72 dias), atuando em uma cidade sitiada pelo Exército prussiano e submetida à guerra civil desencadeada pelo governo francês, impediu o completo desenvolvimento de sua atividade, pode-se portanto falar da existência de um Estado novo em formação.²⁵

A Guarda Nacional era na prática o conceito do povo em armas, no entanto esse povo tinha pouco ou nenhum treinamento em combate. A bravura de muitos, transcrita em diversos relatos, não foi suficiente para suplantar a disciplina, treinamento, e acima de tudo os recursos do exército regular francês. Derrotas militares se acumularam durante todo o período de existência da Comuna, salvo raras exceções.

A atuação das mulheres foi de extrema importância. Não só no 18 de março, quando iniciaram o enfrentamento contra as tropas de Versalhes, como em todo período da Comuna. Elas pegaram em armas, foram enfermeiras e alimentaram os combatentes. Tiveram ampla participação nos projetos educacionais e nas comissões de cada distrito participavam ativamente dos debates e das decisões, chegando a formar grupos só de mulheres para combater os soldados versalheses.

Na última semana da Comuna, já em maio de 1871, as tropas de Versalhes conseguiram entrar em Paris depois de semanas de intensos bombardeios que destruiu boa parte do lado oeste da cidade. O que se seguiu foi um massacre, o exército e um grupo paramili-

²⁵ *Ibidem.*, p. 68.

tar reacionário chamado Voluntários do Sena avançaram por Paris conquistando território e matando qualquer um que fosse de alguma forma ligado a Comuna. O massacre promovido pelas tropas versalhesas em Paris não tinha o intuito apenas de derrotar a Comuna e retomar a cidade, para isso teria bastado lutar contra a Guarda Nacional. Não eram necessárias as execuções em massa feitas durante e após aquela semana, inclusive de mulheres e crianças. Os soldados da ordem perseguiam qualquer um que tivesse aparência de operário, mesmo que este nunca tivesse pego em armas. A burguesia francesa queria a eliminação não somente da insurreição, mas também da ideia.²⁶

Referências Bibliográficas

- BAKUNIN, Mikhail. **Catecismo Revolucionário, programa da sociedade da revolução internacional**. São Paulo, Editora Imaginário, 2009.
- BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção Comunista**. Porto, Afrontamento, 1975.
- BOITO, Armando, Jr. (Org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo, Xamã, 2001.
- BRINTON, Maurice. **Os bolcheviques e o controle operário**. Porto, Afrontamento, 1975.
- BRUNO, Lúcia. **O que é Autonomia Operária**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O que significa o Socialismo**. Porto Alegre, Editora Fantasma, 1981.
- COGGIOLA, Osvaldo L. A. **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002.
- DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo, Brasiliense, 1984
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2006
- _____. **A Era do Capital: Europa 1848 - 1875**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002.
- HORNE, Alistair. **The Fall of Paris**. Penguin Books, Great Britain, 1985.
- LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo, Editora Ensaio, 1991.
- LUIZZETO, Flávio. **As utopias Anarquistas**. São Paulo, Editora Brasiliense.
- MARX, Karl. **A Guerra Civil em França**. Lisboa-Moscow, Edições Avante, 1983.
- _____. **A revolução antes da revolução vol II**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- _____. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo, Global editora 1986.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1990.
- _____. **O Capital. Livro 1**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002; vol. 1 e vol. 2.
- _____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo, Centauro Editora, 2006.

26 MERRIMAN, John. Op. Cit. pp 307-309.

MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Anfi-teatro, Rio de Janeiro, 2015.

MICHEL, Louise. **A Comuna**. Editorial Presença, Lisboa, 1971.

ORSO, P. J, LERNER, F, BARSOTTI, P, **A Comuna de Paris de 1871: História e Atualidade**. São Paulo, Ícone Editora, 2002.

POMINI, Igor Pasquini. **Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários (1936-1939)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013

PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo, e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM, 1998.

SAMIS, A. R. **Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna Paris**. São Paulo, Hedra, 2011.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

VALLE, C. O. A Comuna de Paris de 1871: Organização e ação. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói, 2013.

WOODCOCK, George (org.) **Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre, LP&M, 1977.

_____. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas** (2vol.). Porto Alegre: L&pm, 2002.